

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0485-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.859221309>

1. Educação. 2. Ciências humanas. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: Currículo, Políticas e Práticas”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de pós-pandemia.

O período pandêmico, como destacou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada das atividades presencialmente, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade. Não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além de formar os sujeitos para “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves.

Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e formativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papirus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS MELHORES UNIVERSIDADES DO BRASIL	
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213091	
CAPÍTULO 2	26
(RE)CONHECIMENTO DE LEITURAS VIVENCIADAS POR GRADUANDAS DO CURSO DE PEDAGOGIA	
Maria Betanea Platzer	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213092	
CAPÍTULO 3	31
A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	
Cristina Fátima Pires Ávila Santana	
Elis Regina dos Santos Viegas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213093	
CAPÍTULO 4	44
A COLONIALIDADE DO SABER NO ENSINO DE FILOSOFIA: A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NO CURRÍCULO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
José Eduardo Martins	
Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213094	
CAPÍTULO 5	56
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOURADOS-MS	
Izabel Ferreira Santana	
Elis Regina dos Santos Viegas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213095	
CAPÍTULO 6	68
A LEITURA DE GÊNEROS DISCURSIVOS – PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA CONSCIENTIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO EDUCANDO	
Marilza Borges Arantes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213096	
CAPÍTULO 7	75
A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Clayde Aparecida Belo da Silva	
Sirlene de Oliveira Mario Inacio	
Soila Maria Francisco Belo Ramos	

Sara Neves Ribeiro
Conceição Aparecida Francisco Belo Dias
Fernanda Luciano Fernandes
Keila Cristina Belo da Silva Oliveira
Maria Gabriela do Carmo Sobrosa
André Silveira do Amaral
Brunela Lima Borges
Henrique Freire Simmer
Rianne Freciano de Souza Francisco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213097>

CAPÍTULO 8..... 86

A HETEROBIOGRAFIA COMO CAMINHO PARA A (AUTO) FORMAÇÃO: AS HISTÓRIAS DE VIDA E A REFLEXIVIDADE BIOGRÁFICA

Élica Luiza Paiva
Nínive Alves Lacerda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213098>

CAPÍTULO 9..... 96

A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES NA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS CENTRADOS NOS ESTUDANTES NUMA INSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM QUELIMANE

Rude José Lopes Matinada
Aderito Barbosa
Gaspar Lourenço Tocoloa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213099>

CAPÍTULO 10..... 109

A TECNOLOGIA COMPUTACIONAL A SERVIÇO DO ENSINO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO REMOTO

Beatriz Goudard
Cléia Demétrio Pereira
Alfredo Balduino Santos
Tiago Luiz Schmitz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130910>

CAPÍTULO 11..... 124

ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO GOOGLE CLASSROOM NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO PERÍODO PANDÊMICO

Roseli de Barros Andreilino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130911>

CAPÍTULO 12..... 138

ALGUMAS RELEXÕES ACERCA DO PROFESSOR QUE ENSINA MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jonatan Miotto
Gladys Denise Wielewski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130912>

CAPÍTULO 13	144
AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE DE DESENHAR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	
Isabelle Cerqueira Sousa Cintia da Silva Soares Tatiânia Lima da Costa Raimunda Cid Timbó	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130913	
CAPÍTULO 14	154
AS CONTRIBUIÇÕES DOS FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Fabiana Mazzaro Martins Lerosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130914	
CAPÍTULO 15	164
AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DO ENSINO HÍBRIDO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria Lucia Morrone	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130915	
CAPÍTULO 16	175
CAPACITAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	
Wanderlice da Silva Assis Jaziel Vasconcelos Dorneles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130916	
CAPÍTULO 17	187
CLUBE DE BIOMIMÉTICA NA ESCOLA: CONSTRUINDO E DIVULGANDO SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS COTIDIANOS	
Alexandre de Oliveira Rizzo Waldiney Mello	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130917	
CAPÍTULO 18	198
CONCEPÇÕES DE <i>FEEDBACK</i> E SUA IMPORTÂNCIA COMO UMA METODOLOGIA POSITIVA DE APRENDIZAGEM	
Janaína Borges de Azevedo França Maria Luiza Batista Bretas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130918	
CAPÍTULO 19	210
DIMENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELO MERCADO DO TRABALHO – UM ESTUDO DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ	
Taciana Cordazzo	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130919>

CAPÍTULO 20.....223

DIAGNÓSTICO DAS INTERAÇÕES DIGITAIS E AS POSSIBILIDADES DAS TDICS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO DOS DISCENTES DO 3º ANO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO – IFPB CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO

George de Paiva Farias

Renata Gomes Cavalcanti

Alexsandra Cristina Chaves

Jailson Oliveira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130920>

SOBRE O ORGANIZADOR.....239

ÍNDICE REMISSIVO.....240

DIMENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELO MERCADO DO TRABALHO – UM ESTUDO DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

Data de aceite: 01/09/2022

Data de submissão: 11/08/2022

Taciana Cordazzo

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4168038174436722>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo fundamental evidenciar a importância da participação democrática dos Conselhos Profissionais nos instrumentos de avaliação da educação superior no Brasil, em especial do Conselho Federal de Administração. Assinala também algumas implicações desta participação, a partir da contextualização da expansão e a avaliação da educação superior a partir de 1990, quando emerge a cultura avaliativa através do desenvolvimento de novos instrumentos do estado. É demonstrado a avaliação da educação superior por meio do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior (Sinaes) na forma em que se dá a colaboração das profissões regulamentadas no processo de avaliação, seus limites e possibilidades. Para a fundamentação e análise teórica, foi limitada a Teoria da ação comunicativa (TAC), na perspectiva de entrelaçar tal teoria com a discussão da ampliação de entendimento e participação da sociedade civil organizada nas avaliações. A orientação metodológica utilizada foi o estudo de caso, análise documental através do conhecimento dos Termos de Colaboração emitidos pelo MEC,

assim como inerente a toda pesquisa também foi utilizada pesquisa bibliográfica. O trabalho demonstra como foi constituída a criação da participação entre o MEC e os Conselhos profissionais através de um instrumento próprio: os Termos de colaboração, constando nos processos de regulação do Sinaes a partir do Decreto nº 5773/06 (BRASIL, 2006). Aponta-se que a participação dos Conselhos profissionais na avaliação da educação superior pressupõe incentivo e consolidação sobre a participação democrática da sociedade civil por meio dos Conselhos Profissionais. Também há aqui a reflexão sobre as atribuições dos Conselhos quanto à formação profissional e a inserção no mundo do trabalho, suas aproximações e seus limites e por fim o avanço sobre a qualidade esperada na educação superior, constituindo desenvolvimento na metodologia de avaliação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior, formação profissional, participação, democracia.

SOCIAL AND POLITICAL DIMENSIONS OF PROFESSIONAL EDUCATION: EVALUATION OF HIGHER EDUCATION BY THE LABOR MARKET - A STUDY OF THE REGIONAL COUNCIL OF ADMINISTRATION OF PARANÁ

ABSTRACT: The main objective of this article is to highlight the importance of the democratic participation of Professional Councils in the evaluation instruments of higher education in Brazil, especially the Federal Council of Administration. It also points out some implications of this participation, from the contextualization of the expansion and evaluation

of higher education from 1990, when the evaluative culture emerges through the development of new state instruments. The evaluation of higher education through the National System of Higher Education Assessment (Sinaes) is demonstrated in the way in which the regulated professions collaborate in the evaluation process, its limits and possibilities. For the theoretical foundation and analysis, the Theory of Communicative Action (TAC) was limited, in the perspective of intertwining such theory with the discussion of the expansion of understanding and participation of organized civil society in the evaluations. The methodological orientation used was the case study, document analysis through the knowledge of the Collaboration Terms issued by the MEC, as well as inherent to all research, bibliographic research was also used. The work demonstrates how the creation of participation between the MEC and the Professional Councils was constituted through its own instrument: the Collaboration Terms, included in the Sinaes regulation processes from Decree nº 5773/06 (BRASIL, 2006). It is pointed out that the participation of Professional Councils in the evaluation of higher education presupposes encouragement and consolidation of the democratic participation of civil society through Professional Councils. Here, there is also a reflection on the Councils' attributions regarding professional training and insertion in the world of work, their approximations and limits and, finally, the advance on the expected quality in higher education, constituting a development in the evaluation methodology.

KEYWORDS: Higher education, professional training, participation, democracy.

1 | INTRODUÇÃO

A participação pública no desenvolvimento de ferramentas de avaliação do ensino superior regulamentadas pelo Estado é importante, pois seu conceito apresenta lacunas e complexidades políticas e sociais. Sem a pretensão de traçar um cenário linear que revele certeza absoluta, é necessário resgatar desde a década de 1990 uma determinada situação nomeadamente de panorama do ensino superior, em relação aos processos de avaliação. Graças a este corte deliberado, assistimos a progressos no que corresponde às preocupações com a qualidade do ensino superior, mas por outro lado houve também certa deterioração do ensino superior ligada ao prolongado ajuste fiscal, e também pela expansão do setor privado vis-à-vis com o setor público consoante com a tabela abaixo:

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	894	57	76	77	684
2002	1.637	73	65	57	1.442
1995/2002 (%)	83,1	28,1	-14,5	-26,0	110,8

Tabela 1- Percentual entre os anos 1995 a 2002 da Educação Superior e suas divisões administrativas

Fonte: (BRASIL. MEC. INEP, 2012)

Como consequência das políticas iniciadas nas décadas de 1960 e 1970, com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos anos de 1990 o destaque foi o aumento do percentual de docentes com titulação de Mestre ou Doutor. Esta política foi incorporada à nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) através da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996). Apesar de algumas oposições vindas do setor privado, a lei (LDB) trouxe novidades ao definir a posição das universidades no sistema de ensino superior, criando mecanismos para exigir a associação entre ensino e pesquisa, com produção científica comprovada como condição necessária para o credenciamento e reconhecimentos periódicos precedidos de um processo de avaliação.

O Brasil desenvolveu diferentes estratégias de avaliação da educação superior, inicialmente com a participação das universidades públicas. Surgiu em 1993, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) que se caracterizou como um programa instituído pelo Ministério da Educação (MEC) para que as universidades criassem sistemas internos de avaliação, em 1996, foi introduzido o Provão onde a participação nesse momento incluía todos os concluintes de cursos específicos através de um exame, seguido de outros mecanismos avaliativos com a proposta de nivelar as Instituições de Ensino Superior (IES) em termos de qualidade que, no entanto, não atendeu aos objetivos e apontava a necessidade de um novo instrumento. Em 2004, através da Lei nº 10.861, surge o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) onde vincula os processos regulatórios aos resultados da avaliação, com a finalidade de induzir à qualidade esperada (BRASIL, 2004). A participação entre a sociedade e estado pretendia ser ampliada no SINAES e apresentava inovações como a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, a responsabilidade social da instituição, a comunicação com a sociedade, a avaliação dos iniciantes e concluintes através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)¹, além das demais previstas como infraestrutura e autoavaliação.

Mais adiante uma notícia de Tancredi (2009) veiculada no portal do MEC, no dia 28 de agosto de 2009 com o título “*Autorização e reconhecimento terão participação de conselhos*”, amplia ainda mais a possibilidade de participação social e origina debates que reúnem opiniões controversas entre as IES públicas e privadas, o MEC e os Conselhos Profissionais. Trata-se da possibilidade até então inédita no campo da educação superior:

Os conselhos federais de representação profissional podem, a partir de agora, participar dos processos de autorização e reconhecimento de cursos de graduação. Foram assinados nesta sexta-feira, 28, termos de colaboração entre a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação e os presidentes dos conselhos federais de contabilidade, administração, biomedicina, educação física, química, farmácia, biologia e de engenharia, arquitetura e agronomia [...] (TANCREDI, 2009).

¹ O ENADE avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação.

Dentre os conselhos que firmaram essa colaboração, manifestando Relatório técnico aos atos regulatórios, destaca-se o Conselho Federal de Administração (CFA), órgão que regulamenta a profissão de Administração no Brasil². Com sede em Brasília, além do CFA, o Sistema CFA/CRA é composto pelos 27 Conselhos Regionais de Administração (CRAs) sediados em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. O Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR) foi inicialmente o regional que mais acentuou sua participação junto ao *termo de colaboração* através da maior inserção de “avaliações profissionais” junto ao sistema e-MEC³. Apesar das expectativas anunciadas pelo governo federal⁴, à época da assinatura dos *termos*, os efeitos dessa política que pretendia articular avaliação, ensino superior e trabalho ainda não foram explorados pela comunidade acadêmica, configurando um espaço a ser investigado.

Em oposição ao pensamento do governo surgem manifestações vindas principalmente do setor privado como o da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) entidade que representa o ensino superior particular, por meio de seu consultor jurídico Gustavo Fagundes (2017):

“Não é nenhuma novidade a intenção de diversos conselhos de fiscalização do exercício profissional de desempenhar uma competência que em muito extrapola os limites legais de sua atuação, buscando interferir de forma desabrida nos temas ligados à educação superior. Exemplo histórico dessa busca por interferência descabida é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que vem buscando atribuir a si própria uma competência que em muito extrapola aquela que lhe é concedida em lei nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos jurídicos.”

Esse contexto traz elementos que serão discutidos tendo como pressupostos a ação comunicativa, possibilitando a análise da ação democrática proposta por Habermas. Sendo assim a articulação entre a participação democrática e os de instrumentos de avaliação será a base teórica metodológica para observar uma nova possibilidade: a de incluir as profissões regulamentadas na colaboração da avaliação superior.

Diante do exposto o trabalho se propõe apresentar que a ação participativa dos Conselhos profissionais no processo de avaliação da educação superior, pode constituir-se de uma etapa democrática para maior aproximação entre a formação profissional e a realidade social, superando a lógica que dissocia a universidade da sociedade trazendo nesta aproximação um elemento gerador de qualidade.

2 O Curso de Bacharelado em Administração possui atualmente o maior número de alunos matriculados no ensino superior. Conforme o Censo da Educação Superior elaborado pelo INEP no ano de 2009-2016, p12, tabela 2.05, encontravam-se matriculados 710.778 alunos nos cursos que formam futuros Administradores, os quais representam 12% do universo de alunos matriculados em Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras. (BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP, 2018b)

3 Em 2011 foram avaliados 21 cursos de Administração no Paraná pelo CRA-PR (2011).

4 De acordo com a secretária de educação superior, Maria Paula Dallari (apud TANCREDI, 2009), a medida tem o objetivo de co-responsabilizar a sociedade civil no processo de melhoria da qualidade da educação. ‘Estamos superando uma cultura marcada por separação entre Estado e sociedade no que diz respeito a políticas públicas. Agora, a postura é de envolvimento’, enfatizou.

21 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR APÓS 1990: APOIO AO SETOR PRIVADO, AUTONOMIA E AVALIAÇÃO

O *sistema* da educação superior no Brasil, assim como as *políticas públicas* que o envolve, apresentam ampla complexidade sejam por questões econômicas, políticas, sociais ou culturais, próprias de um país continental. O *sistema* é de responsabilidade do Estado e regulamentado através de Legislações que acompanham seus diversos propósitos.

As universidades estaduais, ao contrário das federais e particulares, encontram-se fora da alçada do MEC, uma vez que são financiadas e supervisionadas pelos respectivos estados. Não se trata obviamente em apresentar leitura sobre toda a legislação que rege a educação superior no país, já que a intenção é marcar alguns contornos de forma objetiva, porém existe a necessidade de concisa reflexão histórica.

2.1 Expansão da educação superior no Brasil

No Brasil a política educacional sofreu influências de diferentes interesses. No entanto o que deveria ser discutido e guiado pela sociedade, respeitando o direito de cada indivíduo e assegurando o bem comum, dá espaço para a arquitetura privada, com modelo de negócio. Ao mesmo tempo que entende-se que a construção de uma política educacional se faz complexa por diversas variáveis, não se pode lançar mão de instrumentos verdadeiramente democráticos.

Cavalcante (2000) expõe que na década de 90, retoma-se a expansão do ensino superior como expressão das necessidades políticas e econômicas do desenvolvimento nacional e das demandas sociais por canais de promoção. Essa expansão, porém, é caracterizada pela evidência das limitações do Estado como promotor hegemônico do crescimento da oferta de vagas. Seria preciso, mais do que antes, compartilhar com a iniciativa privada o ônus dessa expansão, cuidando o governo de desenvolver mecanismos de acompanhamento que garantam as condições mínimas de qualidade das novas instituições e dos respectivos cursos.

Em 1º de janeiro de 2003, houve uma grande mudança política com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais e a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No Ministério da Educação, a transformação procurou-se dar com a substituição dos quadros anteriores por participantes dos quadros do Sindicato de Docentes, que sempre combateram violentamente os processos de avaliação implantados e se opuseram a uma reforma da universidade que pudesse diferenciar as instituições por mérito e desempenho e representasse qualquer ameaça à estabilidade dos docentes e aos benefícios corporativos existentes.

2.2 Avaliação da educação superior

O processo de construção histórica da avaliação da educação superior no Brasil é marcado por avanços e retrocessos. Como a educação de nível superior consiste em algo relativamente recente na história do Brasil, se comparada com a tradição milenar das universidades europeias, a avaliação deste nível de educação também o é.

É criado o PAIUB, primeiro programa de avaliação institucional da Universidade Brasileira. Neste modelo avaliativo, cabe ao MEC articular, viabilizar e financiar a avaliação da educação superior, estimulando a adesão voluntária das instituições a esta prática avaliativa. A avaliação é compreendida enquanto um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente.

Pela Lei 9.131/95 é estabelecido o Exame Nacional de Cursos, que ficou popularmente conhecido como Provão. (BRASIL, 1995). Com o término do mandato de FHC e a partir da posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, em 2003, ocorre uma série de mudanças nas políticas de educação superior, dentre as quais constam as políticas de avaliação, como o SINAES.

De acordo com o MEC, o SINAES analisa as Instituições e os cursos – através de Comissões externas e auto avaliação- e o desempenho dos estudantes através do ENADE. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Essa proposta, contudo, apresenta pouca articulação com o aspecto profissional, ficando mais restrita ao campo acadêmico. É no SINAES que a presente pesquisa analisa algumas possibilidades de participação entre outros representantes da sociedade na avaliação formal de cursos de graduação. Desta forma entende-se que a democracia passa por esta participação social.

3 | A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

A teoria da ação comunicativa (TAC) desenvolvida por Jürgen Habermas tem como enfoque o paradigma da comunicação, da intersubjetividade, da ação comunicativa, contraposta à ação estratégica. Habermas (1987 apud PINTO, 1995) divide a sociedade em duas partes: 'Sistema' e 'Mundo da vida'. O sistema relaciona-se com a produção, com o sucesso individual; e o mundo da vida com os aspectos da comunicação, do consenso, da harmonia de interesses. Com o capitalismo moderno o *sistema* dominou o *mundo da vida*, e a democracia seria uma forma de equilibrar essa tensão.

Apresenta três propósitos: a diferenciação entre o conceito de racionalidade comunicativa e da racionalidade instrumental e cognitiva; apresenta a sociedade em dois paradigmas, o de mundo da vida e o de sistema; e esboça uma teoria da modernidade que explique os novos problemas sociais como decorrência da submissão da ação comunicativa

aos imperativos do sistema.

Ainda citando Habermas (1987 apud PINTO, 1995) investiga os paradoxos entre a racionalidade instrumental que visa intervir no mundo, visto como soma de tudo o que ocorre, e precisa ser controlado; e a racionalidade comunicativa que problematiza o mundo em função da necessidade de reconhecer as situações em sua objetividade, tendo em vista o entendimento entre sujeitos capazes de linguagem.

A TAC expõe um modelo fundamentado na confiança em que a construção argumentativa de consensos, atendidas exigências formais específicas, chega a proposições dotadas de conteúdo de verdade. Como o lugar em que ocorre esta forma de comunicação, Gutierrez e Almeida (2013) evocam que é mais amplo e importante que os subsistemas econômicos e políticos, a teoria abre espaço para uma leitura otimista e transformadora da realidade social.

Apesar da complexidade de Habermas, a teoria baseia-se em categorias bastante claras, o que facilita a sua utilização em pesquisas distintas, e até mesmo a apropriação de uma ou outra categoria fora do seu contexto original. As categorias habermasianas fundamentais são:

- a) O mundo da vida (MV), onde se dá a busca comunicativa de consensos através da ação comunicativa.
- b) Os subsistemas dirigidos pelo meio poder (conceito próximo à esfera da política ou o Estado) e pelo meio moeda (idem mercado), onde ocorrem as ações estratégicas enquanto a busca e um comportamento útil no ouvinte, por parte do sujeito falante.
- c) A especificidade das relações entre o MV e os subsistemas dirigidos pelos meios onde vamos encontrar a colonização e instrumentalização do primeiro por parte do segundo.

Em sua *Teoria da Ação Comunicativa*, parte do princípio que os homens são capazes de ação, e para tanto utilizam a linguagem para a comunicação com seus pares, buscando chegar a um entendimento. Conforma suas palavras:

Chamo *ação comunicativa* àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida em que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa (HABERMAS, 1987, p.418, grifo do autor)

A razão comunicacional se dá por meio de relações intersubjetivas na interação de sujeitos que buscam compreender um determinado fato. Das relações intersubjetivas é que se pode discernir a universalização dos interesses numa discussão. É neste ponto que o fundamento de uma ética da discussão exige a reconstrução de um espaço crítico, aberto e pluralista. Desta forma, a racionalidade passa a ser vista como uma fonte inspiradora

nas ações humanas, com vistas à emancipação dos homens e a um maior entendimento do mundo. A linguagem torna-se, então, um diferencial em sua teoria. Podemos considerá-la como toda e qualquer forma de comunicação que pode modificar o comportamento. Na concepção habermasiana, a linguagem é concebida como o elo de interação entre os sujeitos, a fim de garantir a democracia das decisões coletivas por meio de argumentações. (SILVA; GASPARIN, 2006)

4 | ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Para alcançar os objetivos propostos no estudo foram estabelecidas algumas etapas que se constituíram em pesquisa bibliográfica: foi realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas. Os principais autores e fontes pesquisadas Decreto nº 5773 de 09 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), Habermas. Também análise documental: referente aos documentos formais do MEC, destacam-se o Termo de Colaboração realizado entre o MEC e alguns Conselhos Profissionais. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, procurando descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade e as relações entre as variáveis (GIL, 2007), e posteriormente explicando-os junto as concepções teóricas da teoria da ação comunicativa de Habermas (TAC). Configura-se como uma pesquisa aplicada, tendo como motivação básica a solução de problemas concretos ou de aplicação prática. Foi aplicado no estudo a análise de conteúdo que segundo Bardin (1977, p. 42) define:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Além disso, com as características apresentadas entende-se que a pesquisa configura-se também em um estudo de caso, segundo Yin (2001, p.xi):

O estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas 'a olho nu'. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Portanto é uma estratégia de pesquisa que se foca em compreender a dinâmica apresentada dentro de contextos específicos, compreendendo que cada caso serve como uma experiência distinta para replicação, contraste, eliminação de explicações alternativas e extensão da teoria.

5 | CONSELHOS PROFISSIONAIS: INGERÊNCIA SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL?

O pensamento do consultor jurídico Gustavo Fagundes (2017) da ABMES⁵ é expresso de forma a suspender quaisquer dúvidas sobre a participação democrática na educação superior:

“Não é nenhuma novidade a intenção de diversos conselhos profissionais desempenhar uma competência que extrapola os limites de sua atuação, buscando interferir de forma desabrida nos temas ligados à educação superior.”

Diz ainda que um exemplo histórico dessa busca por interferência é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que vem buscando atribuir a si própria uma competência que em muito extrapola aquela que lhe é concedida em lei nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos jurídicos, conforme expressamente contido no inciso XV do artigo 54 da Lei n°. 8.906/1994 do Estatuto da Advocacia e da OAB “Art. 54. Compete ao Conselho Federal: XV – colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos, e opinar, previamente, nos pedidos apresentados aos órgãos competentes para criação, reconhecimento ou credenciamento desses cursos [...]” (BRASIL, 1994)

É certo que, historicamente, assistimos à constante pressão da OAB sobre o MEC em relação à concessão de autorização de funcionamento e de reconhecimento dos cursos jurídicos existentes no país, esquecendo que é atribuição legal do MEC estabelecer os critérios aplicáveis para abertura de cursos superiores, assim como exercer as atividades de regulação, supervisão e avaliação dos mesmos.

Por meio da expressão de outro entendimento – o de que a formação superior deve aproximar-se da prática da futura atividade profissional, a fim de atender as reais necessidades produtivas do país (MORAES; WOLLINGER, 2012) –, a Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC iniciou a aplicação dessas possibilidades legais a partir de agosto de 2009, por intermédio da celebração de termos de colaboração entre o MEC e os conselhos federais de representação profissional.

6 | O TERMO DE COLABORAÇÃO

No âmbito do espaço democrático, as ações realizadas para articular o Estado e a sociedade são necessárias para tornar legítima a participação. Neste entendimento, no campo da educação superior ocorreu a celebração da assinatura dos *Termos de Colaboração* entre o MEC e os Conselhos Profissionais. A manifestação dos Conselhos foi prevista através da submissão de um Relatório de Manifestação Técnica que o Conselho Federal

⁵ A entidade que representa o ensino superior particular e atua junto ao governo e Congresso Nacional pelos interesses legítimos das instituições educacionais, mantendo seus associados sempre informados, em primeira mão, sobre as principais diretrizes e conquistas para o setor.

de Administração denominou de *Parecer*, elaborado por uma comissão de especialistas do MEC, conforme descrito na Cláusula Segunda do *Termo*:

b) O relatório de manifestação técnica terá formato eletrônico, definido pela SESu/MEC, e será parte integrante do processo regulatório de Autorização, Reconhecimento e de Renovação de Reconhecimento de cursos no âmbito do Sistema e-MEC;

c) O Conselho Federal de Administração definirá uma comissão de especialistas nas áreas de sua responsabilidade, composta por profissionais a ele vinculados, para elaborar as referidas manifestações técnicas bem como para estabelecer a interlocução com a SESu/MEC [...] (BRASIL. MEC; Conselho Federal de Administração, 2010)

A análise dos *Pareceres* contendo os dados empíricos, contemplam as categorias de análise sendo a **inserção profissional**, a **relevância social** e a **inovação** respectivamente denominados no texto como Dimensão Pertinência, Dimensão Relevância e Dimensão Inovação. Pretende-se que estas categorias sejam vinculadas à teoria da ação comunicativa de Habermas a fim de discutir o papel que a participação dos Conselhos Profissionais exercem no processo de avaliação da educação superior. Portanto, entende-se que tais categorias representam ponto fulcral no processo participativo democrático entre Estado e Sociedade.

6.1 As Dimensões: Pertinência, Relevância e Inovação

No Termo de Colaboração foi sugerido pelo MEC um modelo de manifestação (*Parecer*) que seria enviado pelos respectivos conselhos profissionais ao sistema e-MEC, privilegiando três dimensões avaliativas (*Dimensões*), assim definidas:

- *Pertinência*: buscava evidenciar a situação do curso quanto à oferta de vagas e empregabilidade. Apontava dois indicadores: “*Oferta Regional do Curso*” e “*Inserção Profissional do Egresso*”. Sugeriu-se que os Conselhos considerassem o total de profissionais em exercício na apreciação da necessidade da abertura de novos cursos;
- *Relevância*: buscava evidenciar os impactos sociais e econômicos que as atividades da IES causariam na região em que está inserida. Contava com três indicadores: “*Reconhecimento e Respeitabilidade da IES pela Comunidade*”, “*Perspectivas de Inserção Laboral*” e “*Demandas Sociais*”. É interessante observar que nesta dimensão a preocupação regulatória se deslocou do presente para o futuro, diagnosticando uma demanda profissional que estava por vir⁶;
- *Inovação*: dimensão com ênfase na estruturação do curso no que se refere às novidades na concepção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e que se opõem à estrutura tradicional de cursos já existentes. Seus indicadores foram:

6 Foram bastante citadas, em relatórios, à época, as obras referentes à realização das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), *Minha Casa, Minha Vida*, *Pré-Sal*, Copa do Mundo, Olimpíadas no Brasil, implantação de nova indústria.

71 CONCLUSÃO

A teoria da ação comunicativa oferece sustentação adequada para a interpretação da sociedade contemporânea e contraditória, é uma teoria crítica e reflexiva, na qual teoria e prática se vinculam para desenvolver uma relação de liberdade entre os sujeitos, fornecendo subsídios para que os mesmos possam construir um conhecimento capaz de esclarecimento e emancipação no âmbito da educação formal. Aponta também para o papel fundamental desenvolvido por mecanismos como os conselhos populares, organizados enquanto espaços públicos autônomos, no sentido de servir de barreira à colonização do *mundo da vida* pelos imperativos sistêmicos. E é dentro desta perspectiva que podemos vincular a atuação dos Conselhos profissionais à educação superior.

Após o conhecimento das perspectivas da avaliação da educação superior no país, um dos problemas que se coloca é o enfrentamento pelo MEC - no tocante ao Termo de Colaboração- sobre a visão maniqueísta que opõe educação e trabalho. Prolifera-se um discurso predominantemente das instituições privadas que condena a aproximação das instituições superiores com o mundo profissional, sob o risco da instrumentalização da universidade pelo “mercado de trabalho”. Esse falso silogismo, que conecta diretamente a “profissão” ao “mercado”, ignora a capacidade crítica dos professores universitários, além de negar a especificidade do trabalho humano contemporâneo, essencialmente profissional. É preciso não perder a compreensão de que toda graduação enseja uma atividade profissional, no setor público ou privado, na esfera produtiva ou na esfera cultural-simbólica, atuando como profissional liberal ou como assalariado.

É preciso compreender também que as dificuldades não devem refutar a importância da experiência e da discussão. Antes disso, deve-se conservar o entendimento de que possíveis inconsistências processuais são inerentes a qualquer processo inovador e que a realização prática dessa ideia regulatória constitui-se como uma etapa necessária – ainda que incompleta – para a tão esperada aproximação entre a universidade e o mundo do trabalho. Se faz imperativo avançar nos modelos e reconhecer-se nas propostas, assim como o papel de cada instituição, seja MEC ou Conselhos Federais dentro da ação comunicativa relativa ao processo avaliativo.

Elaborar uma avaliação que estimule a participação de todos é um meio para que a Teoria da Ação Comunicativa se concretize na educação; Habermas defende a libertação dos sujeitos por meio de um processo permanente de interação com vistas a construir uma verdade coletivamente elaborada e socialmente aceita. A Teoria da Ação Comunicativa trata portanto das condições dadas por uma situação ideal de fala em que os sujeitos propõe resolver suas dificuldades ou questões através do discurso argumentativo, chegando ao entendimento consensual. Expõe o conceito de racionalidade baseada no

diálogo, simbolicamente mediada, que liberta os sujeitos e os capacita à emancipação. Habermas sugere ações coletivas e democráticas estimulando o pensamento crítico, reflexivo e comunicativo, tão significativo no campo da educação.

Portanto entende-se que a participação dos Conselhos profissionais na avaliação da educação superior pressupõe incentivo e consolidação o sobre a participação democrática da sociedade civil através dos Conselhos Profissionais. Também a reflexão sobre as atribuições dos Conselhos quanto à formação profissional e a inserção no mundo do trabalho, suas aproximações e seus limites e por fim o avanço sobre a qualidade esperada na educação superior, constituindo desenvolvimento na metodologia de avaliação.

Atualmente estas participações estão em segundo plano, no que diz respeito à vontade e iniciativa do MEC, porém com novas perspectivas de mudança política e social este quadro poderá novamente vir a ser contemplado como uma das formas legítimas de colaboração.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF: MEC, 2006.

_____. **Lei n° 8.906, de 04 de julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Disponível em: <http://www.oab.org.br/arquivos/pdf/legislacaoob/estatuto.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

_____. **Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9131.htm. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 set. 2020

_____. **Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 05 fev 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**: bases para uma nova proposta da educação superior. 2004. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+\(Sinaes\)+bases+para+uma+nova+proposta+sta+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+uperior/04b7d252-20dc-44b3-a20c-d79b44ef54c7?version=1.0](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+(Sinaes)+bases+para+uma+nova+proposta+sta+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+uperior/04b7d252-20dc-44b3-a20c-d79b44ef54c7?version=1.0). Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da educação superior 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14153-coletiva-censo-superior-2012&Itemid=30192. Acesso em: 05 nov. 2021

BRASIL. Ministério da Educação; CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Termo de colaboração. Brasília, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/CPNn4l> >. Acesso em: 30 ago. 2021.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília: MEC, 2000.

FAGUNDES, Gustavo. Educação superior comentada. Os limites para a atuação dos conselhos profissionais. **ABMES**, Brasília, ano 5, n. 10, 26 abr. 2017. Disponível em: <http://abmes.org.br/colunas/detalhe/1698/educacao-superior-comentada-os-limites-para-a-atuacao-dos-conselhos-profissionais>. Acesso em: 03 maio 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas**, Porto Alegre, v. 58 n. 1, p. 151-173, jan./abr. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Trad. de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987.v. I.

MORAES, Gustavo Henrique; WOLLINGER, Paulo Roberto. A fragmentação de carreiras como estratégia de expansão da educação superior. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 47, p. 433-696, 2012. Disponível em: <http://ie.ufmt.br/revista/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 8-9, p. 77-96, ago. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1995000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2022.

SILVA, Márcia Cristina Amaral da; GASPARIN, João Luiz. **A Teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas e suas influências sobre a educação escolar**. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/Resumo/res_Marcia%20CA%20Silva%20e%20%20Jo%20E3o%20L%20Gasparin1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

TANCREDI, Letícia. **Autorização e reconhecimento terão participação de conselho**. Brasília, 28 ago. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/212-noticias/educacao-superior-1690610854/14217-autorizacao-e-reconhecimento-terao-participacao-de-conselhos?Itemid=164>. Acesso em: Acesso em: 01 ago 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 14, 19, 20, 22, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 75, 77, 81, 82, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 179, 188, 190, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Arte 95, 98, 127, 144, 145, 148, 152, 153, 159, 163

Atuação profissional 26, 30, 139, 141

(Auto)formação 86, 88, 89, 91, 92, 94, 95

Avaliação 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 62, 63, 64, 83, 98, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 116, 118, 135, 137, 138, 143, 169, 171, 172, 183, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221

B

Bibliotecários 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Bibliotecas 30, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Biomimetismo 187

C

Capacitação 71, 114, 133, 135, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 224

Colonialidade do saber 44, 48, 49, 50, 51

Concepções 12, 13, 16, 17, 19, 20, 22, 34, 35, 50, 55, 56, 57, 64, 71, 85, 113, 138, 142, 143, 144, 198, 217

Construtivismo 107, 187, 189

Currículo 1, 2, 9, 11, 15, 24, 25, 34, 42, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 54, 63, 64, 66, 67, 87, 96, 97, 102, 105, 106, 107, 108, 139, 169, 171, 187, 189

Curso de Pedagogia 1, 4, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 140

D

Democracia 14, 18, 19, 22, 163, 210, 215, 217

Desenho 82, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 95, 97, 99, 105, 106,

107, 108, 110, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 178, 179, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 199, 204, 205, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 231, 233, 236, 237, 238, 239

Educação de jovens e adultos 26, 56, 57, 58, 65, 66, 67

Educação inclusiva 59, 164, 165, 172

Educação infantil 9, 14, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 75, 77, 79, 80, 84, 111, 150

Educação superior 3, 4, 23, 44, 105, 178, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222

Emancipação 44, 49, 58, 129, 217, 220, 221

Ensino 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 44, 46, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 154, 156, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Ensino-aprendizagem 31, 32, 34, 37, 64, 96, 99, 124, 127, 133, 134, 136, 139, 141, 143, 188, 223, 224, 233, 236, 238

Ensino de Biologia 187, 190

Ensino de Filosofia 44, 50

Ensino híbrido 115, 136, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

Ensino remoto 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 129, 134, 167, 191, 204, 207

Ensino superior 2, 6, 7, 8, 9, 11, 18, 22, 26, 27, 28, 30, 50, 80, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 121, 165, 178, 211, 212, 213, 214, 218, 239

Escolas Municipais 56, 57

Escrita 26, 30, 41, 63, 70, 71, 72, 73, 80, 89, 90, 144, 150, 151, 152, 159, 202, 207

Estágio curricular supervisionado 109, 110, 111, 112, 113, 116, 121, 122, 123

Estudante 27, 37, 45, 71, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 119, 126, 127, 128, 129, 132, 134, 135, 166, 168, 169, 171, 199, 203, 227, 228, 231, 234, 235

Eurocentrismo 44, 46, 49, 50, 53, 54

Experiência 12, 15, 36, 51, 62, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 108, 109, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 147, 148, 150, 156, 160, 161, 170, 196, 207, 217, 220, 232, 238

F

Feedback 99, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209

Formação docente 16, 26, 28, 29, 61, 123, 164

Formação profissional 2, 110, 210, 213, 221

G

Gêneros discursivos 68, 69, 70, 71, 72, 73

Google Classroom 114, 115, 118, 120, 124, 125, 126, 132, 136

H

Heterobiografia 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

História da educação 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 108, 139

Histórias de vida 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95

I

Intervenção docente 109, 111, 116, 117

L

Leitura 26, 27, 28, 29, 30, 58, 63, 68, 70, 73, 80, 101, 106, 111, 115, 144, 145, 148, 150, 152, 163, 183, 214, 216

M

Metodologias 26, 61, 64, 65, 96, 98, 99, 100, 119, 121, 124, 129, 139, 140, 142, 165, 172, 174, 185, 198, 224, 237, 238

Métodos 59, 63, 96, 99, 100, 104, 108, 121, 128, 129, 131, 134, 135, 188, 189, 191, 222, 233, 238

N

Narrativas 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 239

Natureza 32, 49, 68, 70, 71, 106, 121, 155, 158, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 217

P

Participação 34, 57, 58, 62, 64, 82, 99, 101, 103, 104, 105, 110, 116, 132, 169, 170, 171, 180, 182, 183, 184, 185, 190, 196, 204, 206, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220, 221, 222

Pedagogia histórico-crítica 81, 154, 155, 158, 159, 162, 163

Pergamum 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Planejamento 32, 33, 40, 42, 61, 62, 83, 108, 111, 113, 114, 117, 120, 125, 135, 138, 139,

140, 141, 142, 143, 156, 168, 170, 198, 222, 223, 229, 230, 235, 237

Prática pedagógica 36, 41, 61, 64, 68, 70, 71, 117, 118, 127, 138, 139, 141, 142

Práticas de leitura 26, 27, 28, 30

Professor 1, 12, 15, 24, 30, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 63, 68, 73, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 112, 113, 117, 119, 123, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 149, 151, 152, 160, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 188, 189, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239

Projeto Político-Pedagógico 56, 61

Psicologia histórico-cultural 154, 155, 158, 159, 162, 163

S

Saúde 10, 11, 41, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 125, 130, 137, 178, 182, 204, 205, 207, 208

Sociais 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 28, 29, 33, 38, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 80, 82, 83, 108, 125, 127, 133, 141, 157, 158, 159, 161, 164, 165, 172, 189, 193, 196, 210, 211, 214, 215, 219, 231

Sustentabilidade 83, 187

T

Tecnologia computacional 109, 113

U

Universidade 1, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 44, 50, 51, 54, 56, 66, 67, 75, 80, 85, 86, 87, 92, 93, 95, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 123, 124, 136, 138, 163, 164, 174, 175, 176, 177, 179, 186, 187, 190, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 220, 238, 239

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 